Em Trindade, a escola deixou de funcionar há sete anos e passou a ser usada para reuniões de caçadores.

O PORTUGAL QUE FECHA

Será um setembro diferente, aquele que espera as populações de boa parte do Interior: o tribunal já não voltará a abrir portas e a escola também permanecerá fechada. A VISÃO esteve onde as salas de aula ficaram para os caçadores reunirem, os postos da GNR para noites de discoteca e os selos se compram nas juntas de freguesia. Assim vai o País que fecha – pobre, velho e abandonado.
engala de madeira descussa-
da numa mão, saquinho roxo
inchado com comprimidos
na outra. Francisco Jacinto
ainda terá de carregar o re-
sultado de 81 anos de vida
por mais duas horas – a pé, pelo distrito de
Beja, depois de ter saído de casa para ir à
farmácia mais próxima, em Ourique. Se fos-
se gaiato bastariam uns 15 minutos entre
o lugar da Xada Nova, onde a carrinha da
câmara o deixou, e o monte. Mas há muito
que o tempo deixou de estar do seu lado.
Nem o tempo nem o Estado, esquecido dos
que ousam ficar pelo Interior. Sobretudo,
se for rural.

Para os mais distraídos, os estudos socio-
lógicos fazem o resumo: «Abandono» é a
palavra que os portugueses mais associam à
vida fora dos centros urbanos, concluiu uma
equipa de investigadores da Universidade de
Aveiro. Cada porta estatal fechada acrescen-
ta um ponto de explanação ao sentimento. E
nos últimos anos têm sido muitas. Escolas,
serviços dos CTT, centros de saúde, trans-
portadoras, postos da GNR – e agora tam-
bém os tribunais –, debandaram do Interior.

Se «uma aldeia sem escola é como uma
terra sem flores», em dizeres alentejanos, a
vida entre Dão e Douro continua fiel a Aqui-
lino Ribeiro: «dura, pobrinha». A VISÃO foi
da dos distritos mais abandonados pelos
serviços públicos, Beja e Viseu, onde descobriu
salas de aula ocupadas por caçadores,
postos da GNR tornados disco-tecas e juntas
de freguesia a venderem selos. O abandono
está a passar por aqui.

**É bom, mas fecha**

«Jesus, não feches a minha escola!» No dia
em que conseguiu aplicar a recente aprendi-
zagem do alfabeto aos cartazes pendurados
à porta da Básica de Vale de Madeiros, a fi-
lha de Raquel Gomes chorou assim a notícia
de que a sua seria uma das 311 escolas que o
Governo não deixará abrir este ano letivo.
Emocionada, a mãe protestou como pôde:
fixas negras, manifestações, abaixo-assina-
dos. «Não se pode comparar o Interior com
o Litoral. Aqui, quando se perde um serviço,
ão há alternativa.»

O Governo entende que sim, embora os
país desfiem argumentos contra. Em Vale de
Madeiros, como na Aguieira, outra das loca-
lidades próximas com o mesmo destino tra-
çado. «A alternativa é Carvalhal, onde não há
condições. Aqui temos a escola central,
refeitório e duas funcionárias. Há onde cor-
rer e brincar. Vão mudar para pior», recebia
Vasco Santos, pai de um aluno de 7 anos.

O distrito de Viseu, com 57 encerramen-
tos, será o mais afetado pela reorganização da
rede escolar do ano letivo que agora começa.
Só no agrupamento de Canas de Senhorim,
o concelho de Nelas, fecham 4 estabeleci-

O DISTRITO DE VISEU, COM
57 ENCERRAMENTOS, VAI
SER O MAIS AFETADO PELA
REORGANIZAÇÃO DA REDE
ESCOLAR D ESTE ANO LETIVO
Escolas que fecham

O Interior Norte e Centro e o Alentejo são as regiões mais afetadas pelo fechamento de estabelecimentos de ensino. Uma tendência que acompanha o processo de desertação do País.

Municípios (só do Continente) onde fecharam mais escolas do 1.º Ciclo

Portaria do 28-08-2014

Luna Gomes, 6 anos, de Canas de Senhorim, pede ajuda divina para não deixar de ter aulas na EB de Vale de Madeiros: «Jesus, não feches a minha escola!»

A Câmara passou a prestar um serviço de transporte pelas várias aldeias de Ourique, depois de a Rodoviária Nacional se ter ido embora. Mas, aos 81 anos, Francisco Jacinto ainda vai precisar de mais duas horas a pé para chegar à casa.

Em mobilidade para terem melhores condições e isso aqui não se verifica. Não há espaço para todos. São mais de 60 e temos capacidade para 20.» E acrescenta a ironia: «As que vão fechar são as escolas onde houve obras.»

A porta do edifício, estão ainda os montes de areia usados para fazer cimento, em efeito de prova. Tal como os azulejos novos a reduzir os espaços agora vazios. Mais do que a cosmetética, tem-se a perda da qualidade conquistada, em parte graças ao reduzido número de alunos por turma. «O sucesso escolar é de 100% nas escolas propostas para fechar», indica-se quem gera um agrupamento onde, nos últimos 11 anos, os alunos de Matemática do 10º ficaram por 9 vezes em primeiro lugar nos resultados dos exames nacionais.

Saudosismo ou morte

E assim, explica António Cunha, que «atraímos os alunos e tentamos resistir à onda de fechos». Uma batalha que a maioria das localidades está a perder. Elisabete Figueiredo, coordenadora do projeto «Rural Matter», sobre a percepção dos portugueses em relação ao mundo rural, alerta para o agrupamento da divisão entre Interior e Litoral. «É uma característica persistente e duradoura. Pode ser lógica económica fechar serviços, mas não se deve governar um país numa racionalidade exclusivamente económica». Sobretudo, nota a socióloga, quando mais de 50% do território nacional faz parte do rural fragil, com muito baixa densidade, sem dinâmica social e económica.

Em 1600 inquiridos, a palavra mais associada à vida rural foi «abandono», seguida de «atraso» e «envelhecido». Com o desenvolvimento direta e relacionada à cidade, não é de espantar que mais de 85% da população portuguesa viva já em zonas urbanas. Embora Portugal tenha muito mais territorial rural.

Ana Isabel Correia, encarregada de educação da escola da Agueira, diz-se prestes a colaborar no círculo vicioso da desertificação: «Tenho aqui um terreno e estava a pensar fixar-me. Investir na agricultura, comprar uma casa... Com o encerramento da escola, estou a pôr tudo em causa.» Afirma, questiona esta professora: «Para onde vão os pesados impostos que pagamos?»

A resposta não será definitiva a que esta mãe imagina. Menos produtor de riqueza, o Interior, lembra o fiscalista Tiago Caiado Guerreiro, «paga menos impostos».

Mas isso não deveria impedir uma visão.
Vasco Santos e os outros encarregados de educação queixam-se de que as outras escolas da freguesia de Canas de Senhorim não têm capacidade para acolher os alunos: «Vão mudar para pior»

Em Casével, no distrito de Beja, fecham as escolas e abrem cuidados continuados.

Tendais agrega 17 aldeias, todas como Aveloso, longe e de difícil acesso. Sem dinheiro para táxis, Cidalina confessa: «Temos os remédios dia sim, dia não»

estratégica: «Fazix senti do Interior ter uma taxa de IRC reduzida, simbólica, de 5%, para atrair investimento, porque baixar impostos permite criar riqueza.»

Enquanto esta ou outras medidas não forem tomadas, o Interior continuará a esvair-se, teme António Cunha: «Uma escola que fecha é uma escola que nunca mais volta a abrir. E isto não é só saudosismo, é morte.»

A junta resolve

Nalgumas aldeias, a metáfora parece promovida a realidade aumentada. A norte ou a sul, repete-se o ciclo que troca vivos de criança por silêncio. Silêncio de mais. Em Casével, no distrito de Beja, fecham escolas, mas abrem cuidados continuados. Menos mal para os índices de empregabilidade, num distrito com 15 mil desempregados. Mas nem por isso se evita a constatação dolorosa: Casével passou a ser um sitio onde se vai para morrer.

«Quem vem para aqui viver se não houver escola?», questiona o presidente da União de Freguesias Castro Verde-Casével, que juntou os 4400 habitantes de uma aos 300 da outra. Renovada há seis anos, com ar condicionado e espaço a jardinar, a escola já só tinha 9 alunos, que desceram para seis este ano. Embora José de Brito admita que tão poucas crianças dificilmente podem manter uma escola a funcionar, quem ainda vive em Casével sente como poucos a armadilha do fecho que chama fecho. Mesmo quando ainda nem passa de ameaça: «Assim que se falou em fechar, os pais mudaram os miúdos para Castro Verde. E se os filhos vão estudar para Castro Verde, os pais acabam por fazer também essa manobra migratória.»

Já não há farmácia, a escola vai deixar de sê-lo. Encerrado, o autarca fez tudo o que pôde para manter, ao menos, o serviço de correios, onde a maior parte dos idosos ainda vai levantar a reforma. Serviu para perceber de que massa é feito o poder dos maiores contra os mais pequenos: «Ameaçam-nos...»

NOS ÚLTIMOS 11 ANOS, OS ALUNOS DE MATEMÁTICA DO 12.º ANO DO AGRUPAMENTO DE CANAS DE SENHORIM, ONDE FECHAM 4 ESCOLAS, FICARAM EM PRIMEIRO LUGAR NAS RESULTADOS DOS EXAMES NACIONAIS POR 9 VEZES E A TAXA DE ENTRADA NA UNIVERSIDADE É DE CEM POR CENTO

O PODER CENTRAL NÃO PODE CHEGAR E FECHAR A PORTA

JOÃO RAMOS, DEPUTADO DO PCP ELEITO PELO CÍRCULO DE BEJA

ou dizemos que sim ou encerram. Tentei alterar o contrato com os CTT e disseram-me que se reclamasse retiravam os serviços. Pela população, não tive outro remédio senão deixá-los a funcionar na Junta.»

A 40 quilómetros dali, na freguesia de Trindade, a criança já foi «dispensada» em reformas anteriores. Nos anos 90, a freguesia chegou a ter 2.200 habitantes, orgulhosamente expostos numa fotografia antiga. Hoje são 274. Poucos e envelhecidos, foram desertificando as escolas. Aerva daninha ocupa a lugar dos baloiços e escorregas na EBI de Trindade e as salas vazias foram dadas a novas missões. Há um computador velho entre as cadeiras e mesas empilhadas. Serve aos caçadores que por ali reúnem.

Serviços a menos traduzem-se em trabalho mais para as freguesias. «O que é que a Junta faz? Tudo», clarifica Sandra Margarida, presidente da Junta de Freguesia de Trindade. «Varremos as ruas, fazemos as caiçães, recolhemos os monstros domésticos, limpamos os caminhos rurais. Quem não sabe ler, pede ajuda a junta. Até para preencher o IRS. Temos cada vez mais responsabilidades. Se fechasse a junta, o que seria disto?»
Pior ainda, calcula João Ferrão, geógrafo do Instituto de Ciências Sociais de Lisboa, para quem não tem sido valorizado o recente desaparecimento de muitas freguesias: «Do ponto de vista simbólico foi uma perda muito importante, já que a freguesia é um sinal identitário.» Mais a mais porque, em muitos casos, abrangeu populações que já tinham visto partir o centro de saúde, a escola, os correios.

Bolas de espelhos na GNR
Como lembra o ex-secretário de Estado do Ordenamento do Território e das Cidades no primeiro governo de Sócrates, as zonas afetadas são quase sempre as mesmas e tornam esses territórios ainda mais vulneráveis: «Esta soma de perdas feudaliza quem lá está e, ao mesmo tempo, tira a capacidade de atrair outros residentes. É uma ilusão pensar-se que, com o desaparecimento das pessoas, desaparecem os problemas.»

Sandra Margarida sabe-o por experiências próprias. Pelo pé na junta aciona automaticamente um estridente «wellcome», ouvido com frequência, apesar da reduzida densidade populacional. Basta pensar que

Menos postos dos CTT
No princípio do século havia quase 4 mil estações de correios, no Continente. Agora são cerca de 2 500. Os fechos afetam todas as regiões, com particular incidência no interior.

Municípios (só do Continente) onde fecharam mais estações dos correios

Turistas são como os amantes
Rumemos a norte. Pior do que deixar de contar com serviços de segurança e de educação, só a perda do acesso à saúde. Sobretudo se para lhe chegar for precisar enfrentar a natureza. Muitos não têm volta ao globo para aqui chegar. Querem ouvir o silêncio do rio Béstanca a fazer espiral com o Douro, numa bifurcação que mais parece um abraço. Mas essa a quem chamam turistas são como os amantes. Vão e vêm. As gentes da terra não se dá a direito a viver da beleza.

Pouco acima de Cinfães, a escassas doze quilómetros, fica a freguesia de Tendaíde. É preciso saber lá no mapa. A partir da estrada nacional, nem a topónimia tem direito, admite o presidente da Junta de Freguesia: «Tínhamos placas castanhas. Querem que sejam azuis, mas temos de ser nós a pagá-las. As placas são para nós, mas ao gosto deles.»

Ficamos sem saber como chegar a Tendaíde, mas percebemos boa parte dos problemas do Interior: poder central que não ouve, poder local que não pode. «Muitas das nossas leis são feitas por pessoas que nunca saíram dos gabinetes. As juntas são os parentes pobres, os criados do povo, que estão cá para levar pancada.» Especialmen-
Proibido ficar doente

Com a foice pendurada no ombro, Cidalina, 66 anos, confessa que as indicações médicas deixaram de ser prioritárias desde que fechou a extensão do centro de saúde de Tendais, onde conseguia chegar a pé. Com uma reforma de 300 euros, não pode esbanjar 15 num táxi que a leve até Cinfães. Resultado: «Tomo os remédios dia sim, dia não. O doutor não quer, mas tem de ser assim», admite, enquanto encaminha as vacas pelas ruas empedradas da aldeia, que nos levam até Dina, a vizinha de 54 anos. Ajuda as brasas que há de grelhar o peixe apropriado à sua dieta de diabética. Os filhos abalam para a Suíça e ela ficou aqui. Sozinha, com os níveis de açúcar a disparar. «O centro de saúde é muito longe. Não posso controlar como antes... Para Tendais ia a pé, mas para Cinfães não dá. Ora não há transportes ora não há consulta. E os diabéticos disparam.»

De volta a Tendais, a farmácia emprega um sofá aos que conseguem lá chegar. «Podem encomendar os medicamentos por computador, mas não sabem fazer isso. Os diabéticos e os hipertensos tinham consultas periódicas, agora não têm nada. Uns tomam remédios a mais e outros a menos», confirma Maria Pereira, técnica da farmácia de Cinfães, que abre a extensão de Tendais diariamente, por duas horas.

Responsável por regiões com mais de 60% da população acima dos 65 anos, José Carlos Rodrigues inquieta-se. «Já alertámos para a falta de médico, mas não tivemos resposta do ministro da Saúde. Para os nossos governantes, nem uma resposta valemos.» Ouvidos os fregueses, entregues as queixas, resta-lhe constatar o óbvio: «Dinheiro é pouco, carro não há. Agora é proibido estar doente.»

Em caso de emergência, nem o telemóvel pode valer aos portugueses de Tendais. A geografia dificulta a chegada de rede e ninguém, nem as empresas de comunicações, estiveram para responder aos apelos do presidente da junta. Noutras aldeias, mais
Cobardias e desigualdades

A dificuldade para chegar onde quer que seja, a partir dos confins do distrito de Viseu, é o principal argumento contra o encerramento do Tribunal de Resende. Tal como nas escolas de Canas de Senhorim, também na terra da cereja se garante que os critérios do Governo para encerrar tribunais não estão a ser cumpridos: «Temos o triápolo dos processos exigidos pela ministra e os nossos acessos são maus de onde quer que se venha.»

Nem sequer há transportes diretos para Viseu, lembra Manuel Trindade, presidente da Câmara Municipal. Apesar dos 877 processos em 2010 e dos 861 em 2013, de pouco valeram medidas como a anunciada no painel eletrónico, à entrada da vila: «Câmara avança com providência cautelar contra encerramento do tribunal.» O Supremo Tribunal Administrativo não tem dado razão a casos como este. O Tribunal de Resende é um dos vinte que encerrar portas a 1 de setembro, data em que entra em vigor o novo mapa judiciário. Setenta por cento dos processos vão para Lamego e 30% para Viseu.

No interior do Interior, alguns temem pelos efeitos da reforma. «O problema com os tribunais é o concelho pobre que temos, em que 70% da população luta com apoio judiciário. Vemos aqui pessoas que comemoram batatas com batatas. Isto é negar a justiça aos mais pobres. Vão passar a resolver os problemas entre eles e agravar a criminalidade», acusa Cláudia Couto, delegada da Ordem dos Advogados pela comarca de Resende.

So o tempo dirá da razão da advogada. Mas que cresce ponto à desertificação, poucos duvidam. «O encerramento dos serviços é mais grave nos concelhos do Interior porque abala toda a rede social e económica. Os serviços juntos têm significado económico. Se os deslocalizamos, acontece o mesmo com as pessoas. Isto agrava a nossa interioridade», vaticina Manuel Trindade. Sem esconder a revolta, o médico que se tornou autarca nas últimas eleições locais, acusa: «Os senhores de Lisboa que fazem as leis são uns cobardes. Tomam decisões de absoluta desigualdade. Primeiro tiram-me o tribunal, depois mandam a autarquia pagar os transportes às pessoas para se desloçarem às audiências.»

Com obras recentes de requalificação, que custaram 400 mil euros, a população de Resende não aceita a necessidade de encerramento do tribunal. «A estabilidade, por exemplo, há pessoas a viver a grandes distâncias, em zonas de montanha, sem que, no entanto, estejam isoladas. Nem todas são jovens, nem todas têm carro. Mas encontraram-se formas de lhes prestar os mesmos serviços. A isto se chama criar escala.»

O último a sair...

«Foi naquele monte que nasceu», aponta Francisco antes de descer da carrinha que o transportou entre Ourique e a paragem mais próxima de casa. Apesar de ter ainda um longo caminho pela frente, só chegou até aqui porque a Câmara Municipal de Ourique resolveu substituir-se à Rodoviária Nacional um dia depois de esta ter deixado o concelho, há cerca de um ano.

Para a população não ficar sem um serviço – especialmente importante no maior distrito português –, a autarquia assumiu funções que não lhe competem. Mas a resposta tornou-se melhor e mais barata. «Quando a rodoviária abandonou o concelho, fazia o transporte escolar 10 meses por ano, os adultos pagavam e nós gastávamos 100 mil euros. Depois de lançarmos um concurso público, uma empresa realizou um orçamento de 50 mil. Transportamos todos e gastamos menos», orgulha-se o presidente da Câmara Municipal de Ourique.

Apesar da satisfação com a carrinha que passa por todas as freguesias de Ourique e vai a Castro Verde, Pedro do Carmo lembra que a acessibilidade é a responsabilidade do governo central e discar da exigência de mais autarquias. «Os serviços vão encerrando e as dificuldades aumentando. Estão a transformar as juntas de freguesias em Lojas do Gilão e as pessoas sentem-se abandonadas. Ou há um sinalino de esperança ou não sei o que será do Interior.»

Garantindo o transporte, Pedro do Carmo estendeu o domínio da desertificação. Pelo menos, para já. «Em muitos distritos o que garanta a subsistência dos transportes são as escolas. As freguesias não precisam de grandes, mas sim de serviços de proximidade. O único objetivo agora é ganhar escala, mas há coisas que podem e devem ser pequenas», defende João Ramos, deputado do PCP pelo círculo de Beja. Até porque, com 1,2 milhões de portuguesas, as pessoas já têm nos assentes, «o poder central não pode chegar e fechar a porta». Ou será que pode?
30 | O País que fecha

A VISÃO esteve onde as salas de aula ficaram para os caçadores se reunirem, os postos da GNR para noites de discoteca e os selos se compram nas juntas de freguesia.
Assim vai o País que fecha – pobre, velho. E abandonado
REPORTAGEM O PAÍS QUE FECHA
COMO SE VIVE NAS TERRAS SEM ESCOLA, TRIBUNAL, CORREIOS...